

FUA - FRENTE DE UNIDADE ANGOLANA: OPORTUNIDADE PERDIDA POR PORTUGAL PARTE V

21.- PAPEL RELEVANTE NA IMPLANTAÇÃO DE RELAÇÕES DE IGUALDADE... E "KOVASO"!

É interessante assinalar que esse "novo" (com velhas raízes) movimento, multirracial, de dominância branca, autoclassificava-se como possuidor da característica de poder desempenhar um "papel muito importante na abolição das relações atuais" entre "colonizados e colonizadores" porque se considerava como o único em condições de implantar "novas relações de igualdade indispensáveis à constituição de um país livre." Estamos convictos de que se lhes tivessem dado suporte logo no início, isso poderia ter sido extremamente vantajoso para uma descolonização pacífica e organizada de Angola e de Cabinda.

Propunha-se também, levar a efeito "uma profunda modificação de estruturas" reconhecendo, porém, que esse novo tipo de relações demandaria bastante tempo antes que fosse possível realizá-lo, visto que "o indivíduo da classe branca está frequentemente imbuído de conceitos e afetações que a sua comunidade engendrou durante séculos para manter a dominação e os privilégios da sua casta".

Para isso, a FUA entendia que só uma profícua e vasta campanha de informação poderia conduzir todos os angolanos a compreenderem que "o novo homem africano não será e não poderá ser nunca o homem de cor alienado do presente nem o homem branco opressor de hoje"(sic). E esclarecia: "O novo homem africano não será aquele que procurará inverter os dados da situação actual, mas o que os ultrapassará." E a seguir, sublinhava: "É no tipo das relações económicas que estão instaladas nas províncias que reside, fundamentalmente, a causa dos antagonismos actuais."

A solução da FUA para eliminação dos referidos antagonismos consistia em procurar, desde logo e paralelamente à luta que se propunha desenvolver para alcançar a independência, "esclarecer todos os angolanos, quaisquer que sejam as etnias a que pertençam, sobre as realidades do país e o principal objectivo da emancipação de Angola, que não pode conceber-se senão neste quadro de emancipação de toda a África e do Homem."(sic)

Dedicou-se a FUA a uma campanha de informação interna e externa, em termos de ação psicológica tática (interna) e estratégica (externa) que encontrou acolhimento imediato por parte da Radio Nacional de Brazzaville onde Ernesto Lara apareceu como apresentador e locutor de um programa em língua portuguesa, ao mesmo tempo que publicava suas crónicas políticas, divulgando a FUA, no jornal "Le Progrès".

O importante semanário, editado em Paris pelo ex-ministro da Informação do governo tunisiano de Habib Bourguiba, Béchir Ben-Ahmed, "JEUNE AFRIQUE" publicou em 11 de Novembro de 1962, uma extensa entrevista com um dirigente da FUA .

Em sua 45ª edição, no primeiro trimestre de 1963, "Présence Africaine", como já referimos, inserira uma importante reportagem de 8 páginas e meia sob o título genérico "Connaissance du Front d l'Unité pour Angola (FUA)".

Dessa forma, a FUA estava concretizando já seu objetivo principal e imediato que consistia em efetivar uma campanha internacional nos média sobre as intenções dos movimentos nacionalistas angolanos e conscientizar e conquistar o espírito da população europeia da colónia, utilizando para isso a mídia e propaganda cinzenta. Para isso, lançou o já citado panfleto "Carta aos Brancos de Angola", e também conforme um Relatório Imediato dos SCCIA, datado de 25 de janeiro de 1963, expediu de Washington, EUA, para o importante Radio Clube do Lobito, um comunicado intitulado "O que é a FUA"... Tratava-se de um manual muito elucidativo a respeito do movimento.

Em Fevereiro de 1963 apareceu em Angola o primeiro número do seu jornal "KOVASO" (O ÁVANTE). Tanto a denominação como o layout e o conteúdo desse órgão da FUA inspiravam-se no seu similar, do Partido Comunista Português, "O ÁVANTE", que circulava clandestinamente nos quartéis das forças armadas, nas bases aéreas e navais,, nos bairros periféricos urbanos, nos portos, na fábricas, nas faculdades, escolas médias, organizações juvenis e sindicatos de classe, nas casas de espetáculos e nos meios rurais portugueses. Aquele jornal clandestino angolano tinha 10 páginas e pretendia seguir o exemplo tático do seu homólogo "O AVANTE".

Foi intencionalmente editado o seu primeiro número em "4 de Fevereiro", aniversário do ataque surpresa feito em 1961, por militantes do MPLA, a uma prisão sita num musseque (favela, no Brasil) de Luanda, onde foram mortos agentes da polícia portuguesa que a guarneciam .Veamos os títulos dos assuntos tratados nessa edição:

1ª página:

- Editorial:- "Para uma Angola Livre e Independente"
- Artigo: "Frente de Libertação-Problema Nº 1 da nossa luta"
- Artigo: "Não ao Rácismo" (transcrição de uma declaração da CONCP)

2ª e 3ª páginas:

- Artigo: "A População Branca no contexto nacional"

4ª página:

- Artigo: "Denunciámos à ONU o Colonialismo Português"

5ª página:

- Artigo: "Nova Farsa dos Colonialistas - a Reunião do "Conselho Ultramarino""

6ª página;

- Continuação do editorial da 1ª página no qual se explicita O PROGRAMA DA FUA"

7ª página:

- Continuação do artigo da página 1 sobre a "Frente de Lib...."
- Poema de incitamento à rebelião :à "Juventude Angolana
- Continuação do artigo de págs 2 e 3 - "A População Branca..."

8ª página:

- Continuação do artigo "Nova Farsa dos Colonialistas..."
- Secção "Revº Joaquim Pinto de Andrade", descrevendo o Martírio daquele sacerdote e presidente do MPLA, detido na PIDE .

9ª página:

- Artigo: "Desertores do Exército Português" referente a dois Oficiais milicianos naturais de Moçambique, brancos,
- Noticiário: "A Argélia ajuda a nossa luta"; "MPLA- Reforça-se Movimento Nacionalista de Angola- Novo Comité Director." "Condenação ao Regime Fascista Português"(realização em Paris, de 15 a 16 de Dez.º De 1962, da Conferência para amnistia aos prisioneiros e exilados políticos portugueses

10ª página:

- Título da página: " A ÁFRICA NÃO PÁRA".
- Assuntos:
- "Argélia - marco da libertação da África"; "Mandela- con-denado pelo governo racista sul-africano";
- "Novas vitórias" (efemérides sobre progressos políticos em 1962 no Uganda, Tanganica, Rodésia do Norte e Niassalândia) com uma saudação aos "povos irmãos"
- Continuação do artigo "Desertores do Exército Português.

23.- POSICIONAMENTO DA FUA FACE ÀS OPOSIÇÕES EM PORTUGAL

A FUA definiu a sua posição classificando de "justas e realistas" as manifestações dos oposicionistas portugueses no sentido de reconhecerem o direito de autodeterminação a Angola. Assim, aquele movimento angolano proclamava o seu propósito de colaborar estreitamente com a Oposição Democrática Portuguesa (MDP-CDE, PSP e também com o PCP), declarando-se "consciente de que esta colaboração é um factor importante na luta pela independência nacional".

Manifestou ainda a sua firme determinação de neutralizar a propaganda oficial portuguesa, dando a conhecer as realidades e criando no seio do próprio povo Português um clima de confiança.

Estes propósitos davam claramente a perceber que sua ação panfletária iria exercer-se também em Portugal, provavelmente contando para isso com a colaboração do pró-soviético e estalinista Partido Comunista Português - experiente nesse tipo de atividades revolucionárias.

Acreditamos que terá tido contactos com o Doutor Mário Soares, fundador e Secretário-Geral do Partido Socialista Português, que cedo se revelou o mais culto, lúcido, moderado e bem-preparado político Português da

época pós-caetanista, que não deu respaldo à demagogia revolucionária dos ineptos e impreparados "capitães dos cravos vermelhos", nem, anteriormente, às aventureiras proezas de Henrique Galvão (aliás um homem de grande valor mas já idoso e que se deixou possuir pela sua ânsia obstinada de revanchismo, tal como o impetuoso general Humberto Delgado que, por isso mesmo, isolado e desesperado, querendo retornar a Portugal pacificamente, caiu numa torpe cilada, a propósito da qual é nossa intenção apresentarmos outro trabalho).

24- A FUA E A PROPOSTA DE LEI DE ALTERAÇÕES À LEI ORGÂNICA DO ULTRAMAR PORTUGUÊS- OS ERROS E DISLATES...

Publicou a FUA um comunicado sobre a proposta de alteração à Lei Orgânica do Ultramar, integrada na Constituição Política e Administrativa da República Portuguesa, de 1933, que estava sendo objeto de discussão no Conselho Ultramarino, em Lisboa, visando à derrogação do Estatuto do Indigenato e a outras reformas promulgadas quando o Prof. Dr. Adriano Alves Moreira, que fora Diretor do ISCSP/UTL (ao tempo ISEU/UTL), nomeado por Salazar assumiu a pasta do Ultramar, inicialmente como Subsecretário de Estado e pouco depois como Ministro. A FUA classificou essas pretendidas alterações como "puramente burocráticas"....

Considerava que a causa imediata dessas reformas eram as pressões, externa e interna, que estavam sendo exercidas sobre o governo português. Desenvolveu aquele movimento a sua objurgatória repudiando toda e qualquer medida do governo português, em relação a Angola, que não fosse baseada no reconhecimento do direito à autodeterminação. Por outro lado, proclamava "não reconhecer, jamais, atitudes unilaterais desse governo, no que respeita ao nosso País."

Frisava nessa proclamação, feita no jornal "KOVASO":

"Apenas aceitaremos a realização de negociações com os representantes de todos os movimentos nacionalistas angolanos e não a tomada de atitudes de conluio com indivíduos que representam, apenas, os interesses duma camarilha privilegiada."

Finalmente, no mesmo órgão do movimento, a FUA apelava "a todos os angolanos, para uma maior unidade na luta contra o colonialismo português e para conquista da independência nacional."

Estávamos no GNP/MU quando essas alterações à matéria da carta magna foram editadas. Realmente não se faziam alterações de fundo; eram medidas paliativas, pouco significativas: Tudo continuaria na mesma... O Negro que transferisse sua residência deixando a sanzala da sua aldeia (dito vizinho de regedoria) para ir viver no centro urbano, pela simples movimentação espacial de um ponto para outro passava no novo domicílio a se reger pela lei comum, enquanto que no meio anterior beneficiava, pelo seu presumível atraso cultural que não lhe permitia entender o alcance e aplicabilidade da lei dos "civilizados", do chamado respeito pelos usos e costumes tradicionais, pelo direito costumeiro ou consuetudinário. Ou seja: Essa simples transferência de

vizinho da regedoria para habitante urbano, para o inexperiente ou irrefletido autor da lei era o bastante para o cérebro do sujeito a quem se aplicava o estatuto do indigenato de pronto intuir o direito positivo dos cidadãos, passando a usufruir da condição de assimilado mas também a ser sujeito de obrigações que de fato desconhecia e não compreendia mesmo que lhas declarassem!.... Ao lermos, ainda impresso de fresco, o Diário do Governo com essas novas normas constitucionais, corremos para o gabinete do nosso chefe de repartição levando-lhe uma informação que, às pressas, rabiscáramos e que a nossa eficiente datilógrafa, Maria de Lurdes Guerra Ferreira, prontamente datilografara, colocando em linguagem simples e escurteira, o que era por demais obvio... Aquele jornal oficial foi sustado sem alardes, em sua distribuição; deram-nos razão informalmente e o texto sofreu a recomendável adenda, estabelecendo-se nela um prazo para essa assimilação ser exigida... Pouco tempo depois, legislou-se o fim do indigenato e extinguiu-se a figura jurídica do assimilado, concedendo-se a todos os naturais, autóctones ou nascidos no território, plena igualdade aos cidadãos Portugueses originários...

25. PORTUGUESES DE SEGUNDA...

Mas, muitos erros e dislates já haviam sido cometidos pelo colonizador, suscitando animadversão, mesmo entre os brancos naturais das colônias. Lembramo-nos que, na década de 40, primeira metade, quando Marcelo Caetano era ministro das Colônias (e o seco, azedo e "função" Joaquim Moreira Silva Cunha, seu obscuro secretário, bajulador com quem ele simpatizara e decidira apadrinhar, tal como aconteceu com os também mocitários, alguns dos quais de origem social bem modesta, Baltazar Rebelo de Souza, Fernando Santos e Castro, Jorge Jardim, Luís Filipe de Oliveira e Castro, Rui Patrício e outros menos destacados, quando fora comissário nacional da Mocidade Portuguesa, e com o estranho ex-funcionário dos Caminhos de Ferro de Moçambique Luís Lupi, estranho e ínvio personagem que se metamorfoseou em proprietário e diretor da Agência Noticiosa Lusitânia custeada sobretudo por subsídios vultosos e periódicos da Agência Geral do Ultramar, vogal do Conselho Ultramarino e administrador delegado do governo junto de grandes empresas ou alto funcionário de diversas multinacionais ligadas às colônias, chefe das relações públicas da Cabinda Gulf Oil Company, vencendo Mercedes, motorista e mansão no Estoril), seguindo-se a Francisco Vieira Machado, o todo poderoso super-ministro que, ao jeito do comandante Ernesto VILHENA da majestática DIAMANG do rico judeu sul-africano Openheimer e sua Anglo-American (na Lunda, como veremos noutro trabalho, um estado soberano dentro de outro estado vassalo da vontade daquele...), do BENGUELA RAILWAYS, da PETROFINA e da COTONANG belgas, construiu impérios de rapaces espoliadores como o seu próprio, o do Lagos & Irmão (algodão...), o do Espírito Santo Silva, o do Champalimaud, o do Bulhosa(com seu administrador Jorge Jardim , cuja ascensão e influência vertiginosas vamos abordar em outro trabalho), do Venâncio Guimarães Sobrinho, abrindo as portas para mais tarde outros se apoderarem de áreas e ocorrências minerais imensas, como a madame Bermann, o Joaquim de Carvalho, o Mota Veiga, o Alfredo de Matos, o Sousa Machado (pai e filho) com a sua Companhia Mineira do Lobito, a empreiteira dos Andrades que ainda anda por Cabinda, o poderoso José Cirilo, o analfabeto José Ferreira do Negage, os Quintas e outros...

Com os olhos postos sobretudo em Angola e Moçambique, a ojeriza e desconfiança de Marcelo Caetano em relação aos brancos naturais dessas colônias levaram-no, como ministro das Colônias, que apenas visitara durante breves dias as possessões portuguesas em África, a legislar

normas limitativas de direitos civis aos naturais de todas as colônias que não fossem filhos de Portugueses originários de Portugal (reinóis); não podiam, por exemplo, concorrer aos cursos das escolas de oficiais das forças armadas nacionais, desempenhar funções de chefia, a nível superior, na administração pública colonial, etc., etc... Eram os chamados "portugueses de segunda classe"... Situação injusta que perdurou até à década de 60.... Sempre éramos enxergados com suspeição. No Hospital Militar Principal, em Lisboa, o autor destas linhas, antes de ser incorporado no curso de Oficiais Milicianos de Infantaria, em 1949, teve de sujeitar-se a uma junta de revisão para constatação de sua pureza racial "lusitana" uma vez que, sendo natural de Angola, seu pai (coronel-médico) e seu avô paterno (coronel de infantaria do extinto exército ultramarino - EU -) eram naturais de Pangim, Estado Português da Índia. Ao sermos interrogado pelo coronel-médico presidente da junta de revisão (racial), mentimos-lhe afirmando que aqueles nossos ancestrais eram brancos puros, descendentes diretos de reinóis (Portugueses originários de Portugal, leucodérmicos sem... mistura, que afinal quase todos se não todos os portugueses têm). Assim, porque esse médico militar nos deu crédito, pudemos ser admitido ao referido curso de oficiais de complemento...enterrando por algum tempo aquele velho "conselho portuga": quando vires um indiano e uma víbora, mata o indiano e deixa em paz a víbora...Por essa ocasião (segunda metade da década de 40), o melhor aluno cadete do curso de oficiais de artilharia da Escola do Exército (que viria a ser engenheiro fabril e brigadeiro mais tarde...), um natural de Goa, filho de um oficial superior ou general do extinto exército ultramarino mas descendente, isto é, mestiço, embora não-hindú, tendo-se descoberto (algum invejoso o teria delatado) que tinha ascendência indiana foi submetido a junta de revisão e a inquérito; durante algum tempo esteve tremida a sua permanência no curso... Ora, anteriormente a Caetano na pasta das Colônias, jamais alguém levantara esse problema e a prova estava em nosso próprio progenitor (já não falando mais nas várias gerações de avoengos) que, embora natural de Pangim e "descendente", atingira o posto de coronel-médico. Naquele tempo, nem o nosso primo-coirmão Mário Arnaldo de Jesús da Silva, hoje general de divisão do exército português, prêmio Defesa Nacional, homem de confiança da JSN e de Costa Gomes em Angola depois da "revolução dos cravos", assessor militar especial do ex-primeiro ministro (de centro-direita que diz ser de centro-esquerda baralhando o escalograma de Guttman...) Cavaco e Silva, nem o nosso tio e pai dele, também oficial, engenheiro fabril, se tentassem iniciar carreira no oficialato do exército jamais o teriam conseguido!!! Acabaram também, para os "notáveis" dentre nativos das colônias, integrantes das elites tradicionais, os postos honoríficos de oficiais de segunda linha das milícias tradicionais com que outrora (PARA POUPAR DESPESA E CONTAR COM A FIDELIDADE DE MILÍCIAS TRADICIONAIS) eram contemplados príncipes, sobas, sobetas africanos e liurais (reis) timorenses. O que se nos afigura mais estranho é o RUMOR de que Marcelo Caetano, como o denunciava seu tipo étnico e leptorria, seria também um descendente, segundo no-lo revelou em Lisboa, certa feita, um INFORMANTE DOS SERVIÇOS ESPECIAIS DA L.P. e soldado da Guarda Fiscal, Pompeu de Andrade (primo do Secretário Provincial de Obras Públicas de Angola, tenente-coronel engº da Força Aérea Carloto de Castro) que conhecia o pai do sucessor de Salazar, um cabo ou sargento da sua corporação que teria (não o estamos afirmando, note-se) servido na Índia onde casara com uma natural, "descendente", mãe de Marcelo Caetano; a ser verdadeira esta versão, Caetano seria também um... "mestiço", "um cu lavado" (na gíria racista portuguesa aplicada à nossa gente de Goa,"descendente", como o é o autor destas linhas embora seja nascido em Angola) e não um "reino!" puro! Estas achegas servem para se entender quanta razão assistia aos Angolanos BRANCOS e MISTIÇOS que quiseram lutar pela independência da terra em que haviam nascido e na qual eram também discriminados, humilhados e olhados com desconfiança por vários Portugueses preconceituosos (conquanto não se deva estereotipar essa pecha) de naturalidade européia. Portugueses esses que, como já fizemos sentir em outros

ensaios, não podiam (nem podem) ser considerados.... "brancos" puros mas que, em não poucos casos, tal como se constata também no Brasil, sofrem dum "eugenismo" psicopatológico. Apenas o governador-geral Silvino Silvério Marques acabou com isso, protegendo angolanos e caboverdianos dessas injustas perseguições e do preconceito racial, seguido de Rebocho Vaz e de Santos e Castro. Isso preocupava o MPLA que em suas emissões radiofônicas do exterior, através da Radio Brazzaville, o maltratava denominando-o de "fusível" por ser muito magro...o que não conseguia roubar-lhe o prestígio de que gozava entre as massas africanas (e não só nessas), mas que era mal visto pelo incompetente ministro das colônias Silva Cunha e sua clique de fofoqueiros e pajens bajuladores como o seu chefe de gabinete Joaquim Fonseca feito por ele "inspetor superior de administração colonial" sem nas colônias (Angola, donde era natural) ter sido mais do que... chefe de posto! Fez sua fulgurante "carreira colonial"... no gabinete equipado com aquecimento central e ar condicionado, alcatifado, do seu patrão, no "palácio" do Restêlo construído por vontade de Adriano Moreira com o ouro trazido de Goa à última hora, numa aeronave dos TAIP, que pertencia a depositantes particulares que jamais tiveram de volta esses valores confiados em Goa ao Banco Nacional Ultramarino antes da invasão armada da União Indiana, tal como os depositantes de dinheiros, de acordo com leis vigentes então, nos cofres da Fazenda da República Portuguesa em Angola, destinados a transferência legal para a Obra Social do Ministério do Ultramar e para o Cofre de Previdência do Ministério das Finanças muito antes da independência de Angola, viram (até hoje) seus direitos ignorados e denegados arrogantemente pelos sucessivos governos ditos "democráticos" e "progressistas" posteriores ao "25 de Abril de 1974", dizendo-se que essas transferências não são reconhecidas...e portanto, todos ficaram sem os valores em escudos que legalmente haviam confiado ao Tesouro Português. Nós temos documento repugnante (um ofício digno de ser utilizado apenas na privada do WC!) transmitindo o despacho de um zoilo "clown" dito "Secretário de Estado", tratado aburguesadamente por SUA EXCELENCIA, à "boa maneira" fascista, negando a restituição desse dinheiro que teria ficado com o "honesto" regime" de Luanda... "gerido" pelo MPLA. Isso é UMA VERGONHA!!! como diria o grande comentarista brasileiro da TV RECORD Boris Kasoy.

Era manifesto o descontentamento das gentes brancas do Centro e do Sul de Angola. Em Julho/Agosto de 1963 deslocamo-nos ali, integrados num grupo de 20 e poucos finalistas do curso superior de administração ultramarina - e, ao mesmo tempo, por despótica e arbitrária ordem do ministro Silva Cunha ao diretor do GNP, o competente e impecável inspetor superior Dr. Ângelo dos Santos Ferreira, em missão especial de observação e informação, embora estivéssemos oficialmente de licença disciplinar. Em Sá da Bandeira (Lubango) participamos de um jantar oferecido no melhor hotel da cidade pelo governador do distrito da Huíla, inspetor Laranjeira, do Quadro Administrativo. Presentes os nossos professores, Dr. Martins de Carvalho, ex-ministro da Saúde e Assistência, e Padre Abílio Lima de Carvalho, que acompanhavam a viagem dos finalistas do ISCSP/UTL patrocinada por várias empresas privadas. No discurso que proferiu, o governador Laranjeira, casado, com filhos nascidos em Angola, no desempenho daquele alto cargo há vários anos, não ocultou o seu angolanismo "cicronho" (do Sul), criticando a burocracia do governo geral, a mil quilômetros do Lubango e a ignorância do Terreiro do Paço (ministério das Colônias) e frisando que, por isso mesmo, qualquer problema demorava anos para ser resolvido; ele defendia a independência do Sul de Angola (e quem sabe se...até não seria simpatizante ou mesmo militante da FUA!) que teria condições para se tornar um país próspero e viável em todos os aspectos. Pouco tempo depois, essa sua franqueza pública valeu-lhe ter sido demitido do cargo de governador, por despacho ministerial (de Silva Cunha), passando a ser apenas um simples inspetor

administrativo...em Luanda, tendo como "território" somente uma mesa de trabalho na Inspeção Administrativa, em Luanda.

A concluir esta paupérrima contribuição para a Ecmnésia Histórica Colonial, cumpre-nos dizer que, face ao trágico panorama que, há quase cinco lustros, nos vem mostrando a desastrosa independência de Angola, atribuímos tudo isso não só à incapacidade e ignorância dos autores da chamada "descolonização exemplar" mas também à intolerância e à teimosia míope do ex-padre ditador Antônio de Oliveira Salazar (de estreita visão política colonial, mau assessoramento e muita rapacidade em prol da clique "judaico-lusitana") que não lhe permitiu enxergar quanto Portugal teria lucrado se tivesse acolhido, bem aproveitado e acarinhado, em devido tempo, ou seja, em seus primórdios, a FUA - FRENTE PARA A UNIDADE DOS ANGOLANOS. Poderia ter sido, essa, talvez, a mais equilibrada panacéia para a estruturação de uma unidade pacífica a bem do futuro dos povos daquele imenso e potencialmente rico território de 1.246.700 quilômetros quadrados, 14 vezes maior do que Portugal: a grande oportunidade arracial que a estupidez "portuga" perdeu e destruiu... em vez de chamar a si a tempo de evitar desvios.

Não fugiu Portugal, ou melhor, o seu governo, ao mau hábito peninsular (castelhano e lusitano) de impiedosamente, em nome da Fé CRISTÃ, esmagar ou castrar civilizações, nalguns casos até superiores como eram as dos INCAS e AZTECAS e as Orientais duma maneira geral, que conquistava pela força ou, à maneira espanhola, pela vil perfídia...

O historiógrafo tem como "pátria" a verdade dos fatos históricos pesquisados, doa ela a quem doer.

Não se escandalize, prezado leitor internauta, ao ler neste trabalho comentário ditados pela nossa "alma" formatando este texto de forma que para alguns será considerada "apatriótica" ou "anti-patriótica"... Mas, quem estas linhas escreve defende a verdade e só a verdade, doa ela a quem possa doer. Nós hoje, na diáspora voluntária (ninguém nos prendeu ou exilou) a que nos entregamos neste acolhedor e robusto filho de Portugal que é o Brasil, torcemos pelo lema "one planet, one people" bastante globalizante (o que está... em moda).

Há anos Alguém escreveu:"

"Daqui a poucos anos duas coisas se observarão em África: o progresso paralisado em muitas das suas extensões com a total ruína das economias, a degradação das populações, o horror das lutas intestinas, e experiências de colonialismo internacional, irresponsável, diante do qual o Preto, diplomado ou não, será apenas uma unidade estatística."

Esta declaração foi feita a um jornal francês , nos idos anos 60 (!), conforme nos referiu um nosso amigo e internauta que visita assiduamente este portal e a Ecmnésia Histórica Colonial, por um político português que jamais visitou qualquer território colonial ou outro país além da vizinha Espanha numa rápida deslocação para ali ir assinar, com o Caudilho Francisco Franco, o ineficaz "Pacto Ibérico": o ex-padre ditador Antônio de Oliveira Salazar.

Carlos Mário Alexandrino da Silva

Lorena-SP, BRASIL, 01 de Janeiro de 2001

Esclarecimento:

Na redação deste texto procuramos utilizar as regras ortográficas do português em uso no Brasil, nosso lar de eleição voluntária.